

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

## ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CRH

1

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12 13

14

15

16

17 18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31 32

33

34

35 36

37

38

39

A Reunião Extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos sobre o Projeto de Lei Federal 4147/01, ampliada pela presença dos representantes de Comitês de Bacias e de Comissões Provisórias, teve lugar no Auditório da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, à rua Carlos Chagas 55, 11° andar, às 14:30 horas do dia 14 de maio de 2001. Compareceram os seguintes integrantes: Cláudio Langone (SEMA), Presidente; Edson Silva (SOPS), Vice-Presidente; Flávio Piccinini e Alfredo Hecht, da Secretaria de Obras e Saneamento; Jane Bauer da Casa Civil; Mário Wrege, da Secretaria da Ciência e Tecnologia; Silvio Barbosa dos Reis, da Secretaria de Coordenação e Planejamento; Wainer Machado, da Secretaria dos Transportes; Walter Aragão, da CORSAN; Carlos Atilio Todeschini, do DMAE; Capitão Flôres, do BPA - IBM, Maria Mercedes Bendatti, vice-presidente do Comitê Lago Guaíba; Maria Ligia Cassol Pinto, da Comissão Pró-Ijuí; Adilson Steffen, da Comissão Provisória Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo; Ivo Mello, do Comitê Ibicuí; Alexandre Bugin e Ada Piccoli, do Comitê Gravataí, Alfredo Castamann, da Comissão Provisória Alto Jacuí; Milton Haack, do Comitê Tramandaí; Alexandre Braz, da Comissão Pró-Litoral Médio; Dionei Delevati e Valéria Borges Vaz, do Comitê Pardo. A reunião foi aberta com uma explanação do presidente sobre a mobilização nacional para a retirada do regime de urgência em que o Projeto de Lei nº 4147/01, que trata da política de saneamento do país, foi apresentado para análise no Congresso Nacional. Enfatizou a importância de o CRH/RS se posicionar perante a questão, uma vez que as propostas contidas no referido projeto de lei têm implicação em diversos aspectos da política nacional de Recursos Hídricos, inclusive interferindo na dinâmica do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, que está em consolidação, alterando também o papel da Agência Nacional de Águas, que além de executora passa a ser a agência reguladora. Neste sentido, distribuiu uma minuta de resolução, para ser apreciada pelos presentes. O vicepresidente identificou no conteúdo do projeto uma intenção de favorecimento ao processo de privatização dos serviços de saneamento no país, lembrando que o projeto de lei 199, anteriormente apresentado, vetado pelo presidente no início do seu primeiro mandato, havia sido discutido com todos os que atuam na área de saneamento e propunha uma política mais adequada para o setor, que desde então, não contou com nenhuma outra proposta para esta que é uma das mais graves carências nacionais. O diretor-presidente do DMAE também se manifestou, comparando a situação com a da Argentina, em que os serviços de saneamento ao serem privatizados se tornaram proibitivos para a população de baixa renda, agravando sensivelmente a injustiça social e as questões de saúde. Após, foi feita uma apresentação dos principais pontos polêmicos pelo grupo de trabalho (coordenado pela SOPS com a participação da SEMA, da Secretaria da Saúde, da CORSAN e da Secretaria de Governo) que está analisando o projeto de lei e preparando um ato público de mobilização da sociedade gaúcha para exigir maior discussão nacional sobre o assunto e a retirada do regime de urgência. Em seguida foi aberto o debate. As intervenções se somaram às posições manifestadas, com relatos das discussões que ocorreram em reuniões nos comitês de bacias e nas entidades ligadas ao setor. Colocada em debate, a proposta de resolução manifestando a inconformidade do CRH/RS com o processo de discussão e o conteúdo do PL 4147/01 foi aprovada por unanimidade. O presidente comunicou que o CONSEMA também deverá se manifestar a respeito do assunto, e que o ato em favor do saneamento público ocorrerá no dia 1º de junho, às 9 horas, no auditório da AMRIGS. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo presidente e lavrada por mim, Virginia Müzell, secretária executiva do CRH-RS.